

PARA ALÉM DO ACESSO: ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA E INCLUSÃO DIGITAL

BEYOND ACCESS: SOCIAL WORKERS IN BASIC EDUCATION AND DIGITAL INCLUSION

Estêvão Yamin¹
Fabio Jardel Gaviraghi²
Sheila Kocourek³

Resumo: O objetivo deste estudo é refletir sobre a atuação e a contribuição do assistente social na educação básica, perante a comunidade escolar, em relação ao uso e apropriação das tecnologias da informação e comunicação, considerando o avanço da sociedade da informação e a demanda por inclusão digital. Foi constatada uma separação entre os indivíduos que aproveitam as oportunidades do ciberespaço e aqueles que não o fazem, denominada brecha digital e caracterizada como uma forma de manifestação da questão social. Entende-se que o Serviço Social se insere na Educação com desafios pertinente, tais como a apropriação teórica da sociedade da informação, o apoderamento das tecnologias da informação e comunicação e a interdisciplinaridade.

Palavras-chave: Serviço Social. Educação básica. Inclusão digital. Sociedade da informação. Tecnologias da informação e comunicação.

ABSTRACT: This study aims to reflect on the role and contribution of social workers in basic education, within the school community, in relation to the use and appropriation of information and communication technologies, considering the advancement of the information society and the demand for digital inclusion. A separation was observed between individuals who take advantage of cyberspace opportunities and those who do not, known as the digital divide and characterized as a manifestation of social question. It is understood that Social Work is inserted in Education with relevant challenges, such as the theoretical appropriation of the information society, the empowerment of information and communication technologies, and interdisciplinarity.

Keywords: Social Work. Basic education. Digital inclusion. Information society. Information

¹ Assistente social da Prefeitura Municipal de Dom Pedrito/RS, lotado na Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social. Graduado em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: estevaoy@gmail.com.

² Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: gaviraghiufsm@gmail.com.

³ Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: sheila.kocourek@ufsm.br.

and communication technologies.

Introdução

As múltiplas faces da questão social estão presentes nos mais diversos espaços, dentre os quais as instituições educacionais, que constituem espaços privilegiados de sociabilidade e manifestações e enfrentamento de violências. A trajetória da educação pública brasileira é marcada pelas disputas societárias que culminaram na concepção da educação como direito humano e universal, garantida pela Carta Cidadã de 1988 como direito social. A educação, nesse viés, é um processo de internalização do conhecimento pelos indivíduos, que culmina no desenvolvimento contínuo das faculdades físicas, intelectuais e morais do ser, reforçando a simbiose presente entre os processos educacionais e os processos sociais.

Nesse caminho, a educação, em especial a educação básica, se mostra como espaço de atuação profissional, apesar de não tão jovem, inovador, para o Serviço Social, principalmente com a promulgação da Lei nº 13.935/2019, que garante os serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais, assegurando o aumento de campos de trabalho para ambas as áreas na educação básica pública (BRASIL, 2019).

Atualmente, vive-se em um momento em que as tecnologias da informação e comunicação (TICs) são instrumentos protagonistas e estão se tornando cada vez mais comuns no dia a dia das populações. As relações sociais passam a ser estruturadas de modo multidirecional, em uma distribuição horizontal de interações, e a informação e o conhecimento estão ganhando um papel central. Como resultado, o acesso a essas informações se tornou uma necessidade básica.

A sociedade da informação coloca em uso um novo processo comunicativo que molda a cultura, a política, a economia e a educação, bem como apresenta alterações nas sociabilidades e nas relações com o espaço tempo que demarcam a vida hodierna. As tecnologias da informação e comunicação, juntas à Internet, com suas potencialidades de alastramento do conhecimento, permitem a pluralidade de pensamentos, a participação coletiva e o rompimento de barreiras fronteiriças, possibilitando novas experiências de pensamento e cognição, propondo uma sociedade cada vez mais deslocalizada e mundializada (CASTELLS, 1999; LÉVY, 2010; SCHAFF, 1995).

A gênese dessa sociedade já apontava que, baseada nas tecnologias da informação e comunicação, “a nova economia afeta a tudo e a todos, mas é inclusiva e exclusiva ao mesmo tempo; os limites da inclusão variam em todas as sociedades, dependendo das instituições, das políticas e dos regulamentos”, ao mesmo tempo que alertava para o fato de que “a volatilidade financeira sistêmica traz consigo a possibilidade de repetidas crises financeiras com efeitos

DIÁLOGOS POSSÍVEIS

ISSN 2447-9047
VOLUME 24, Nº 1 - JAN/JUN 2025
Pág: 144-162

devastadores nas economias e nas sociedades” (CASTELLS, 1999, p. 203). Nesse sentido, as desigualdades sociais se manifestam também no âmbito das TICs, apresentando vantagens competitivas entre grupos sociais distintos entre os setores sociais de baixos poderes aquisitivos em relação àqueles com maiores possibilidades e opções de acesso à informação.

Com isso, o presente ensaio se desafia a refletir sobre a atuação e a contribuição do assistente social na educação básica, perante a comunidade escolar, em relação ao uso e apropriação das tecnologias da informação e comunicação, considerando o avanço da sociedade da informação e a demanda por inclusão digital. Trata-se de uma investigação que, a partir da perspectiva do materialismo histórico e seguindo as concepções dialéticas, emprega o método monográfico para fornecer uma explicação abrangente dos fenômenos que se deseja analisar.

Para tratar o objetivado, separa-se o presente artigo em dois estágios. Primeiramente apresentou-se os movimentos trilhados do Serviço Social na educação básica brasileira, assim como a atuação do profissional na área. Em um segundo momento, abordou-se sobre a sociedade da informação e seu impacto na educação, para compreender a intenção da atuação profissional frente ao cenário de demanda de inclusão digital.

“Olá mundo!”: Serviço Social na Educação Básica

O tema da educação como afirmação da liberdade, princípio central do projeto ético-político do Serviço Social, abarca antigas reflexões, anteriores mesmo ao pensamento liberal. A perspectiva da educação como promotora da emancipação humana através da liberdade, não apenas como conceito ou como aspiração do ser, mas sim em seu modo de instauração histórica, é trazida por Paulo Freire quando a compreende como ferramenta de fazer do homem “um ser cada vez mais consciente de sua transitividade, que deva ser usada, tanto quanto possível, criticamente ou com acento cada vez maior de racionalidade” (FREIRE, 2015, p. 86). Em outros termos, interpreta-se a educação como dispositivo capaz de garantir a democracia, implicando intrinsecamente na possibilidade de mudança, como prática da liberdade.

Nesse prisma, é consenso conceber a educação como condição *sine qua non* para o exercício da cidadania, principalmente meio a uma sociedade baseada no conhecimento e na informação, fazendo com que aqueles que não têm acesso à educação sejam impedidos de participar da vida tanto cultural quanto econômica da sociedade. A educação aparece, nesse cenário, “como estratégia fundamental de mudança no e do sistema, à medida que fundamenta o Estado de direito, restringindo fortemente, via instrumentação da cidadania, a voracidade do capital” (DEMO, 1994, p. 103).

A educação, portanto, deve ser garantida através de uma política social do conhecimento, que poderia sinalizar o esforço ético de valorizar o poder emancipatório da educação assim como

DIÁLOGOS POSSÍVEIS

ISSN 2447-9047
VOLUME 24, Nº 1 - JAN/JUN 2025
Pág: 144-162

contrapor às tendências excludentes da sociedade de classes (DEMO, 1998, p. 190). Projetando a cultura humana no consciente esforço de um equilíbrio entre os interesses individuais x privados e os sociais x públicos, constata-se que, apesar de a sociedade ser dividida em classes, todos são iguais como seres humanos, fazendo com que os menos favorecidos demandem um amparo, no âmbito da educação, num duplo sentido: i) mediante uma educação escolar democrática, visando um modelo de cidadania participativa; e ii) pela garantia de oferta de uma educação de qualidade para todos e sob responsabilidade do Estado (GOERGEN, 2013, p. 170).

Em direção oposta, a educação institucionalizada está à mercê do capital uma vez que atua como ferramenta não só de fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário para a máquina produtiva em prol do sistema, mas também em implantar na subjetividade da população valores que passam a legitimar os interesses dominantes (MÉSZÁROS, 2008, p. 35), concretizando o projeto do capital em promover uma estrutura hierárquica e de dominação. Pode-se entender que a educação, através das suas diversas instituições, ocupa uma posição estratégica no que se refere os processos de difusão da ideologia dominante que, na concepção gramsciana, se manifesta implicitamente em todas as mais diversas relações laborais e sociais, sendo os aparelhos hegemônicos como os catalizadores desta (GRAMSCI, 1978, p. 16). A escola, por conseguinte, é compreendida como uma das maiores organizações culturais, devido a quantidade de indivíduos que abrange, assim, com o potencial de ser uma importante ferramenta para o campo dominante.

Ao considerar os espaços educacionais pela quantidade expressiva de sujeitos que reúnem, junto às suas diversidades, estes se revelam como ambientes dinâmicos e dialéticos em que processos de inclusão, exclusão, construção e negação são experienciados. É nesse cenário que as instituições de educação têm exigido esforços das suas equipes para identificar e enfrentar desafios frente às diversas mostras da questão social.

No que se refere à inserção do Serviço Social na educação brasileira, esta não se configura como demanda nova à categoria, uma vez que, resgatando períodos progressos, é requisitado pelo Estado na ótica do controle social, da disciplina e do ajustamento às normas. No Brasil, “os marcos iniciais do Serviço Social (1936) se deram em um período sinuoso, em que a educação brasileira perpassava por um processo de democratização, com extensão das oportunidades de acesso à escola, em todos os níveis de ensino” (DENTZ; SILVA, 2015, p. 15), junto a um momento de forte repressão estatal com perspectiva de conter o movimento proletário que se culminara.

No âmbito escolar, portanto, o Serviço Social apareceu como um espaço de “ação social”, em que devia se prestar subsídios de informações sobre a vida dos estudantes. Ainda, os estudos presentes na categoria apontavam para uma área intitulada Serviço Social Escolar, os quais se identificava a perspectiva da unidade família, Igreja e Estado (PINHEIRO, 1985). As intervenções realizadas pelos profissionais no âmbito escolar na época remetiam ao que se

DIÁLOGOS POSSÍVEIS

ISSN 2447-9047
VOLUME 24, Nº 1 - JAN/JUN 2025
Pág: 144-162

entendia como um *know-how* do assistente social, com perspectivas a tratar e prevenir desajustamentos dos alunos, assim como orientar os responsáveis sobre o tratamento necessário; contribuir com eficiência em todos os setores da escola para o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes; realizar triagem de alunos que necessitassem de auxílio para material escolar; prestar informações sobre as atividades dos estudantes; esclarecer e orientar a família e a comunidade sobre a sua parcela de responsabilidade no processo de aprendizagem; entre outros (AMARO, 2017).

Com a reconceituação da identidade profissional a partir da década de 1980 e em aproximação com as tradições teóricas que sublinhavam os movimentos populares da época, o Serviço Social se permite a observar a escola como instrumento ideológico e, assim, a categoria revê seu papel no espaço escolar, com vistas a construir práticas profissionais que não sirvam única e exclusivamente ao capital. A nova cultura crítica da profissão fez com que, de ora em diante, a escola fosse concebida como direito social, materializado, inclusive, no art. 6º da mais recente Constituição Federal, em que se lê: “são direitos sociais a *educação*, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Esses condicionantes têm justificado ainda mais a crescente inserção de assistentes sociais nas escolas em todo país, garantindo que, a partir da formação voltada à construção de práticas sociais, políticas de inclusão sejam uma realidade na educação brasileira. A escola, como locus de atuação do Serviço Social, se mostra como desafio para os profissionais no sentido de apreender profundamente a política educacional, assim como compreender os cenários, as situações, a conjuntura e as relações que a permeiam (AMARO, 2017).

Nesse cenário, novas operações passam a compor o repertório interventivo profissional. A centralidade da família na atuação do assistente social fez com que se priorizasse o desenvolvimento de ações voltadas à gestão democrática da escola, junto à mobilização de participação da família e da comunidade no processo de ensino dos estudantes. Da mesma forma, o profissional de Serviço Social passou a ser protagonista da coordenação e execução de políticas sociais dentro da instituição, voltadas ao atendimento das demandas escolares, com olhar mais voltado aos grupos mais vulneráveis, assim como a elaboração de pareceres técnicos e estudos situacionais da realidade sociofamiliar dos estudantes, não como forma de controle e fiscalização, mas sim de acompanhamento profissional (AMARO, 2017).

Para a devida efetivação do exposto, é necessário, ainda, que os assistentes sociais coloquem sua atuação em constante consonância com o projeto ético-político profissional. A educação, assim como as diversas áreas de atuação do Serviço Social, requer do profissional a apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa

DIÁLOGOS POSSÍVEIS

ISSN 2447-9047
VOLUME 24, Nº 1 - JAN/JUN 2025
Pág: 144-162

perspectiva de totalidade, a análise do movimento histórico da sociedade brasileira, a compreensão do significado social da profissão e a identificação das demandas presentes na sociedade (BRASIL, 2001). Em equivalência, as estratégias a serem utilizadas correspondem à utilização de instrumentos técnico-operativos no cotidiano profissional do assistente social, com evidência ao esforço de um movimento à realidade externa da escola, por meio do diálogo político constante entre o Serviço Social e a sociedade civil (SANTOS, 2020).

A Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) é um marco para a regularização e organização da educação brasileira, alimentada pelos princípios fundamentais da Carta Cidadã. A educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, é concebida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) como a responsável por “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 1996).

Apesar de se reconhecer a importância da promulgação da LDB, o modelo organizacional da educação brasileira apresentava e apresenta inquietações, uma vez que a legislação vem como forma de “ajuste dos sistemas educacionais às demandas da nova ordem do capital e as demandas por uma efetiva democratização do acesso ao conhecimento em todos os seus níveis” (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 97). Arelada aos moldes neoliberais do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e construída a partir de mais de 30 organizações científicas, políticas e sindicais, a tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi instituída sob uma estratégia de ganhar tempo e implementar, aos poucos, a reforma educacional por decretos e outras medidas institucionais, facilitando a implementação de um modelo de educação sob os interesses capitalistas (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 109).

A educação básica, nesse sentido, apresenta sua face economicista e mercantilista, pois há um fraco investimento efetivo na pasta, uma desvalorização do magistério e sua materialização é voltada principalmente para a formação de mão de obra para a indústria – especialmente no nível médio de ensino, em que se valorizou o técnico integrado com forte incline aos cursos breves, modularizados visando a empregabilidade (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 121).

É nesse cenário que o assistente social é não só convidado, mas convocado a adicionar a educação em seu rol de espaços de atuação. Especificamente, o assistente social inserido na educação básica deve estar disposto a propor ações que a) progridam as condições das famílias da comunidade escolar, especialmente no que tange as políticas de Seguridade Social; b) favoreçam a abertura de canais de comunicação e participação dos sujeitos da comunidade escolar com os processos decisórios da escola; c) ampliem o conhecimento e disseminem a informação acerca do âmbito social à comunidade escolar; d) viabilizem ações socioeducativas sobre os mais diversos temas de relevância; e) compreendam o contexto social em que a escola está inserida para, assim,

DIÁLOGOS POSSÍVEIS

ISSN 2447-9047
VOLUME 24, Nº 1 - JAN/JUN 2025
Pág: 144-162

ser (re)construído o projeto pedagógico da instituição; e f) articulem interlocução da escola com instituições do segundo e terceiro setor, visando os interesses e demandas da escola (MARTINS, 2000, p. 244).

Há ainda que reconhecer a competência de espaço de articulação política que a escola possui. Nesse prisma, o assistente social pode atuar com vistas a a) dar vez e voz a estudantes e responsáveis, a fim de implantar uma construção coletiva dos espaços escolares; b) discutir temas transversais na instituição de ensino, no âmbito político dos interesses e demandas da comunidade escolar; e c) incentivar a mobilização coletiva dos estudantes e fomento de suas ferramentas, como os grêmios estudantis (MOREIRA, 2020, p. 183).

A mediação do assistente social entre a tríade escola x família x comunidade é primordial para a efetivação de seus objetivos como profissional atento à importância do fortalecimento dos vínculos. A fortificação da tríade “que constitui o elo fundamental para o ingresso, regresso, permanência e sucesso da criança e adolescente na escola” é o fruto da atuação profissional de maior relevância para a luta contra a exclusão social (MARTINS, 2000, p. 244).

O profissional, ao elaborar da melhor forma sua atuação, poderá intervir junto a todos os segmentos do cenário escolar, tanto técnico quanto de organização da comunidade escolar externa. Nesse sentido, a interdisciplinaridade, compreendida como a “contribuição de diversas disciplinas para a construção de um objeto comum, em uma ‘zona de interseção’” (HONORATO; PINHEIRO, 2007, p. 89), tem papel central devido sua capacidade de permitir uma observação dinâmica dos indivíduos assistidos e compreender a totalidade das relações na instituição.

Desde os anos 2000, a implantação do Serviço Social na Política de Educação como responsabilidade pública é pauta da categoria. A partir de então, a inserção do profissional na educação básica tem sido tema de diversos grupos de trabalho em eventos e nos conselhos regionais. A matéria também é tópico do Poder Legislativo desde 2000, quando o Projeto de Lei nº 3.688/2000 entrou em discussão na casa, mas que só em 2019 se tornou realidade, com a promulgação da Lei nº 13.935/2019. A aprovação do texto foi fruto das intensas mobilizações dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRP), do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e das demais organizações de profissionais que culminaram em uma vitória do coletivo.

Para além da garantia do acesso à educação escolarizada à população, a promoção de uma educação que “contribua para emancipação humana e que não prescinde, para tanto, da apropriação, pela classe trabalhadora, do acervo cultural, científico e tecnológico produzido pela humanidade” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2013, p. 44) deve ser âncora do profissional da área. É nesse sentido que a atuação do Serviço Social não deve estar desvinculada dos documentos que formam o projeto ético-político profissional, assim como demais orientações, resoluções e debates que contribuem para uma intervenção crítica e ressaltam a particularidade

do trabalho do assistente social.

Contribuições do assistente social na Educação Básica para a inclusão digital

Conforme anteriormente abordado, em um universo cada vez mais conectado e com forte presença da informática, a inclusão digital urge como estratégia fundamental para a inserção de todos os atores da sociedade no ciberespaço. Esta, como resposta ao déficit de acesso material e apropriação das tecnologias, permite o advento e afloramento de novas visões de sociedade e novos modelos de interação, geração de conhecimento e participação social.

A Era da Informação pôs, no âmbito da educação, desafios claros para a docência no que tange o uso das tecnologias da informação e comunicação em sala de aula. Em uma sociedade em que a informação é compartilhada e disseminada de forma multilateral e entre várias figuras, é requerido ao professor que este não seja apenas um transmissor do conhecimento, mas também um provocador, incentivando a geração de sujeitos críticos, competentes, criativos e flexíveis (SCHUARTZ; SARMENTO, 2020, p. 430). Nesse sentido, a formação continuada se apresenta como essencial para que o corpo docente, junto a toda equipe escolar, compreenda as tecnologias da informação e comunicação como recursos que podem enriquecer as aulas, potencializar os processos reflexivos e colaborar para a elaboração de novos saberes.

Em tempos em que a mercantilização da educação aparece de forma mais evidente é possível que as tecnologias da informação e comunicação sejam tratadas como incômodos ou recursos que possam substituir a atividade da docência. No entanto, tal compreensão é errônea, pois os artefatos digitais implantados na escola reforçam a necessidade de mediação do professor no processo. Para tanto, reivindica-se aos docentes (e discentes) o afloramento das interrelações nas teias de reconstrução e reinterpretação na autonomia do discurso, significando um contínuo processo na gestão do conhecimento (DEMO, 2009, p. 19).

O cenário de desenvolvimento contínuo das tecnologias da informação e comunicação demanda que não se ignore mais o seu potencial nos processos de ensino e aprendizagem. Dessa forma, aos professores cabe as assimilar como mecanismos “que instigam a cooperação e parceria na produção do conhecimento e podem contribuir para processos educativos que superem os limites entre o físico e o virtual” (SCHUARTZ; SARMENTO, 2020, p. 431). Essa compreensão permite com que se produza um novo estilo de pedagogia que favorece tanto as aprendizagens personalizadas como as em rede, transformando a figura do docente em animador e incentivador da inteligência coletiva dos grupos de alunos que opera (LÉVY, 2010, p. 160).

Para a devida implementação destas práticas, chama-se atenção para a necessidade de capacitação constante por parte do corpo docente para não só um manuseio adequado das tecnologias, mas também o uso de metodologias de ensino que valorizem estas para que haja uma

DIÁLOGOS POSSÍVEIS

ISSN 2447-9047
VOLUME 24, Nº 1 - JAN/JUN 2025
Pág: 144-162

maior e melhor interação multilateral entre professor x estudante x comunidade escolar x sociedade civil, fazendo com que o aprender não fique restrito à sala de aula, mas incorporado à realidade do discente. Evidentemente esta diligência não se restringe somente ao corpo docente: a prática interdisciplinar nesse âmbito se torna fundamental, necessitando da atuação conjunta entre pedagogos, professores, profissionais da área de tecnologia, equipe multiprofissional e demais comunidade escolar. Para isso, “uma boa solução nesse sentido pode ser a criação de equipes responsáveis pela capacitação e pelo uso desses recursos nos processos de ensino e aprendizagem”, para assim “agregar competências de cunho digital à solidez teórica que os professores carregam consigo [...] como meio de fortalecer o processo de aprendizagem dos alunos” (SCHUARTZ; SARMENTO, 2020, p. 431-432).

É no âmbito do desenvolvimento das tecnologias, da informática, da informação e da comunicação, elementos fundamentais da sociedade capitalista moderna, que se identificam desigualdades quanto ao acesso de grandes contingentes populacionais às TICs. Concorde-se com Silveira (2001, p. 5) quando redige que “ter acesso à tecnologia e abrir as portas para o mundo da informação é o passo inicial, mas pequeno”. O acesso às tecnologias da informação e comunicação e à Internet está relacionado diretamente com o poder de aquisição, representando uma nova face da exclusão social: enquanto uns tem acesso ao ciberespaço e todas as fontes de informação disponível em bilhões de websites, outros são privados da interação com esses conteúdos, limitando sua criatividade e acesso à informação.

Diante da situação de iniquidade, negação de direitos e cidadania, vê-se a urgência de incluir uma grande parte da população ao dilúvio informacional do ciberespaço e orienta-la sobre a difusão de conhecimento. A estruturação da sociedade em todas as esferas está sendo cada vez mais influenciada pelas tecnologias ligadas à rede, portanto, todas as camadas sociais devem se preparar para acompanhar o progresso tecnológico, seja para acesso ao trabalho, educação ou interação social.

Desse modo, pode-se notar o fenômeno da brecha digital, formada pela parte do mundo que está fora do cenário de distribuição de informações por meio de tecnologias de informação e comunicação ou que tem acesso limitado e/ou de baixa qualidade a elas. A brecha digital, portanto, está estreitamente ligada à desigualdade social em suas diversas formas, tais como: má distribuição de renda, baixa capacidade de aquisição, níveis de educação excludentes, entre outros. Portanto, deve ser considerada como uma manifestação da questão social, pois, como parte da lista de desigualdades na sociedade capitalista avançada, tem suas raízes na diferença entre a produção social coletiva através do trabalho e o monopólio privado da sua apropriação (IAMAMOTO, 2015).

Nos dias de hoje, em que a sociedade está organizada em torno das tecnologias da informação e comunicação, a brecha digital se torna uma das expressões da questão social mais

DIÁLOGOS POSSÍVEIS

ISSN 2447-9047
VOLUME 24, Nº 1 - JAN/JUN 2025
Pág: 144-162

palpáveis, pois sua apreensão é capaz de tangenciar todas as classes e espaços: educação, cultura, relações sociais e de produção etc. Nesse cenário, surge a necessidade da inclusão digital, como possibilidade de acesso às tecnologias da informação e comunicação, as quais são importantes para que se promovam os direitos políticos, civis e sociais.

A inclusão digital remete ao acesso e ao uso crítico e criativo das tecnologias digitais em favor da emancipação. Para Buzato (2008, p. 326), para conceituar a inclusão digital e elaborar políticas desse viés, não se deve supor o indivíduo como elemento autônomo cujas vontades e capacidades determinariam sua condição social, assim como não é cabível o atribuir uma determinação nas relações sociais. O movimento a ser feito, segundo o autor, é de identificar formas e possibilidades de agentividade, i.e., maneiras pelos quais os sujeitos subalternos produzem formas de inclusão que não se igualam à padronização e às formas de diferenciação que não implicam o isolamento. Isso quer dizer que, para a efetiva realização da inclusão digital, é necessário considerar a totalidade do indivíduo, o colocando no local de sujeito transformador da realidade e o reconhecendo como o ator político capaz de conhecer e intervir em sua própria realidade com autonomia (BUZATO, 2008).

É consenso que o assistente social é o profissional com aporte teórico-prático para atuar com as expressões da questão social e os indivíduos que as vivenciam e, tratando a brecha digital como uma destas manifestações, esta também é campo de atuação do profissional. Por óbvio, o assistente social tem como responsabilidade, também, atuar de forma interdisciplinar a fim de qualificar a atuação de toda equipe em prol da atenuação das desigualdades sociais. É neste sentido que se forja possibilidades de fazer profissional voltado não para a capacitação formal da equipe, mas sim de organizar espaços coletivos de discussão e incentivo à busca de saberes relacionados às tecnologias e sua importância, na perspectiva da educação permanente.

Nesse caminho, é possível afirmar sem dúvidas que a maciça inclusão das pessoas na sociedade da informação promoverá um impetuoso aumento de potencialidade na perspectiva do fortalecimento da cidadania, junto à necessidade de reinvenção da dinâmica social excludente e desigual (SILVEIRA, 2001, p. 18). As tecnologias podem estar sendo empregadas para desenvolver e fortalecer habilidades e iniciativas: ao invés de reduzir os indivíduos para o aprendizado técnico de uso da máquina, a informatização pode promover não só o fortalecimento das redes de comunicação como processos de inteligência coletiva (FEENBERG, 2002, p. 89).

Com efeito, o aprofundamento da democracia é uma possibilidade. No entanto, a sociedade da informação oferece os meios, mas não determina o movimento da formação política. O perigo de que este caminho seja bloqueado pelo totalitarismo continua sendo real: o que conduz a uma sociedade opulenta econômica e intelectualmente, mas totalitária no sentido político (SCHAFF, 1995, p. 58), i.e., se por um lado as mudanças socioeconômicas que acompanham a Era da Informação são em maior parte voluntárias e inevitáveis, por outro as que vieram para

DIÁLOGOS POSSÍVEIS

ISSN 2447-9047
VOLUME 24, Nº 1 - JAN/JUN 2025
Pág: 144-162

alterar o aspecto político da sociedade são alternativas e preferenciais, de acordo com o movimento que o modo de produção tem direcionado suas ações, variando em congruência, também, com o sistema de valores e morais adotados.

As propriedades do ciberespaço e o aspecto de liberdade ilimitado da Internet destacam suas possibilidades de envolvimento mais ativo dos cidadãos na administração pública, por exemplo, desde que seja usado de forma social como uma política baseada nas tecnologias da informação e comunicação. As TICs podem tornar as atividades governamentais mais transparentes, fornecendo uma "janela eletrônica" para o governo e a administração, proporcionando grandes oportunidades para a promoção de uma democracia contínua (RODOTÀ, 2008, p. 159).

Uma atuação profissional crítica na educação básica transpassa, portanto, pela apropriação do funcionamento da sociedade da informação e da realidade da brecha digital no país, concebendo a inclusão digital como essencial para a efetivação da (ciber)democracia. Em que pese o debate acerca da sociedade da informação estar, muitas vezes, voltado aos perigos do ciberespaço e da informatização da vida, há de se levar em consideração a defesa de um projeto de sociedade que compreenda o desenvolvimento tecnológico e atua para com ele no sentido de aprofundar a democracia, fortalecer a cidadania e garantir a universalidade de acesso aos bens, serviços e espaços da sociedade.

A educação tem centralidade para a atuação com esse propósito pois, apesar de ter a função imposta pelo capital de fornecer o conhecimento e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão ao seu sistema, possui missão de fazer os indivíduos viverem positivamente à altura das condições e desafios postos historicamente no contínuo movimento da sociedade (MÉSZAROS, 2008, p. 83). Por isso torna-se a ressaltar que a educação possui alto potencial de reformação da e na sociedade, além de ser a área que possui a instituição responsável por fornecer “o lugar da formação, do ensino sistemático e planejado, do contato com a cultura, da socialização com o outro, o diferente”, capaz de “estimular o pensamento crítico sobre o caráter desumano da exclusão e da intolerância” (GOERGEN, 2013, p. 733). Sob esta ótica, a função social da escola se atrela, também, à mudança interna dos indivíduos, uma vez que tem competência de abordar temas relevantes e presentes na vida destes.

Não restam dúvidas de que este projeto de instituição de ensino se relaciona intrinsecamente com os textos que norteiam a atuação profissional do assistente social. Um projeto vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária permite a “construção de uma autêntica comunidade humana, ou seja, de uma comunidade onde todos os indivíduos possam ter acesso amplo a todas as objetivações – materiais e espirituais – que constituem o patrimônio da humanidade”, ao mesmo tempo em que “poderão desenvolver amplamente as suas potencialidades; onde se encontrarão em situação de solidariedade efetiva uns com os outros e

DIÁLOGOS POSSÍVEIS

ISSN 2447-9047
VOLUME 24, Nº 1 - JAN/JUN 2025
Pág: 144-162

não de oposição e concorrência” (TONET, 2005, s/p). Isso significa que a emancipação humana não é algo inevitável, e sim alcançável, uma possibilidade que depende do desprendimento e esforço coletivo dos indivíduos.

É fato que “são imprescindíveis momentos de apropriação teórica para que haja uma inserção qualificada do assistente social nos espaços sócio-ocupacionais, oferecendo respostas competentes às demandas sociais” (MANGINI, 2015, p. 41). Por este motivo a pesquisa, especialmente no âmbito do Serviço Social, compreendida como exercício de indagação da realidade observada, fundamenta e instrumentaliza o fazer profissional. Com isso em vista, e em termos mais pragmáticos, pode-se compreender que a atuação do assistente social nas escolas de educação básica, com vistas à inclusão digital, prevê algumas orientações.

A primeira faz referência à necessidade de o assistente social passar a se apropriar dos fenômenos que permeiam a sociedade da informação e o seu devido funcionamento. Se é na contemporaneidade que se pensam as intervenções do Serviço Social, é preciso ter olhos abertos para a realidade que a sociedade se coloca, a fim de decifrá-la e participar de sua recriação, se opondo ao entendimento do real como pano de fundo para a atuação e se tornando condição para esta (IAMAMOTO, 2015, p. 62). Deste modo, é importante o alastramento do referencial teórico que fundamenta a atuação para que contemple as inovações tecnológicas que impõe um novo paradigma nas relações sociais e de produção, assim como cabe à academia assumir esse processo de formação de profissionais qualificados.

No que toca a presença do debate das tecnologias da informação e comunicação na produção científica do Serviço Social, nota-se incipiência na apropriação do fenômeno da sociedade da informação e sua importância para o atual contexto. São poucos os estudos que abarcam o conteúdo de forma a analisar as potencialidades do ciberespaço para a emancipação humana e o fortalecimento da democracia, voltando o debate, muitas vezes, apenas para a precarização do trabalho e a substituição do labor humano. Não se nega a importância de compreender e colocar em evidência as ameaças do avanço das tecnologias digitais para o (mundo do) trabalho, mas sim interessa também apreender os movimentos da sociedade da informação e como deve ser a atuação profissional à luz das novas dinâmicas sociais.

Uma vez que as tecnologias digitais são elementos essenciais da sociedade hodierna para a relação entre indivíduos, instituições e a própria informação, seria apropriado que a academia esteja investigando essa realidade na vida dos usuários dos mais diversos serviços, compreendendo a tecnologia como ferramenta social que assegura o exercício de direitos iguais na coletividade, assim como o atrelamento dos indivíduos na teia social. Constatou-se, após pesquisas em periódicos do Serviço Social com Classificação Qualis A1 e A2, e utilizando o termo “exclusão digital”, produções sobre o tema apenas a partir do ano de 2021, especialmente devido a urgência de uso das tecnologias da informação e comunicação devido o distanciamento social

DIÁLOGOS POSSÍVEIS

ISSN 2447-9047
VOLUME 24, Nº 1 - JAN/JUN 2025
Pág: 144-162

da pandemia de Covid-19, evidenciando uma importante lacuna a ser preenchida no que se refere o aporte teórico para a categoria.

Para alcançar esse objetivo, é necessário que os cursos de graduação integrem às suas grades curriculares disciplinas que abarquem essa temática, concebendo a Era da Informação como terreno para articulação da atuação profissional. No mesmo caminho, é necessário que a pós-graduação stricto sensu direcione também a produção científica para este âmbito, a fim de disseminar a temática na categoria. Ainda, chama-se atenção para a importância de criação de cursos de pós-graduação lato sensu e de formação continuada a fim de capacitar profissionais para a compreensão da sociedade da informação e a importância da apropriação das tecnologias digitais.

A segunda orientação remete ao uso dos equipamentos digitais no ambiente de trabalho. Hoje, as tecnologias da informação e comunicação são equipamentos presentes em (quase) todas as formas de trabalho, pois representam um conjunto de inovações técnicas, organizacionais e administrativas interconectadas nos mais diversos sentidos. Os instrumentais técnico-operativos da profissão demandam que se tenha o mínimo de apropriação do funcionamento das tecnologias digitais para uma otimização do trabalho e adequação ao presente. Por óbvio, a apreensão do uso das TICs é prevista, também, para o entendimento das políticas de inclusão digital a serem trabalhadas pelos profissionais, assim como gera incentivo para o restante da equipe se adequarem ao uso destas.

Em um terceiro momento, o apoderamento da brecha digital como uma das múltiplas manifestações da questão social é tarefa primordial não só para atuação com as políticas de inclusão digital, mas também para a totalidade da atuação nos mais diversos setores da sociedade. Em um mundo cada vez mais conectado, o acesso aos bens e serviços se dá, muitas vezes, restritamente no âmbito digital e, reconhecer que há uma grande parcela populacional distante dessa realidade, é utilizar a questão social como objeto de estudo e intervenção do fazer profissional. Este ponto pode ser alcançado, a exemplo, com uma ampla divulgação de produções relacionadas ao tema dentro da categoria profissional nas mais diversas esferas (e.g., eventos científicos, eventos estudantis, livros periódicos, publicações do conjunto CFESS-CRESS).

O quarto ponto ressalta a necessidade do mapeamento, do estudo e da apreensão das políticas de inclusão digital nos âmbitos da(s) esfera(s) que se trabalha. Atuante com e nas políticas sociais, o assistente social tem responsabilidade com o conhecimento das tipificações que norteiam as políticas públicas e, no âmbito da educação básica, as políticas educacionais e de inclusão digital. Ainda, deve estar capacitado para elaborar projetos de captação de recursos e adesão a programas que beneficiam as instituições em que trabalha.

Ainda, o reconhecimento do território e a integração da comunidade escolar na instituição materializa a instrumentalidade da atuação profissional na educação. As equipes

DIÁLOGOS POSSÍVEIS

ISSN 2447-9047
VOLUME 24, Nº 1 - JAN/JUN 2025
Pág: 144-162

escolares são desafiadas a “desenvolver ações voltadas para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais” (DENTZ; SILVA, 2015, p. 25). Assim, o assistente social é capaz de criar espaços de discussão e formação política com a comunidade escolar, com vistas a fortalecer vínculos e projetar sua intervenção.

Por fim, mas de forma não menos importante, a adoção da interdisciplinaridade, como forma de articulação dos saberes e a divisão do trabalho, na equipe escolar é imprescindível para alcançar os objetivos da inclusão digital. As diferenças técnicas dos trabalhos especializados dos profissionais das equipes, somadas às tensões entre as diferentes concepções e exercícios de técnicas permitem com que a comunicação entre os agentes de trabalho alcance um harmonioso processo participativo e de intervenção (PEDUZZI, 2001, p. 106-107). Esses processos são capazes de gerar uma troca de conhecimentos e capacitação compartilhada e coletiva da equipe para atuação na escola.

Face ao exposto, é importante uma observação: as diversas respostas do profissional, no cotidiano de sua atuação, não surgem de uma receita, nem tampouco devem se formar restritamente de determinações de gestores. As intervenções do assistente social são ações de um “sujeito profissional com competência para propor, para negociar com a instituição seus projetos, para defender seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais” (IAMAMOTO, 2015, p. 21). As possibilidades de intervenção são dadas na realidade, mas não involuntariamente transformadas em alternativas: requerem a atuação crítica do profissional, o devido planejamento e o pleno desenvolvimento dos projetos.

As tecnologias da informação e comunicação, por assim dizer, devem estar presentes em todos os processos da escola, especialmente dentro das salas de aulas, onde os docentes são instigados a não somente transferir conhecimento, mas também compartilhar, descobrir, difundir, estimular, receber e transportar saberes múltiplos e aguçar os processos de inteligência humana. Apenas com esse horizonte é possível garantir que a inclusão digital tenha terreno para se manifestar e os potenciais positivos do ciberespaço podem ser visualizados como possível realidade.

Considerações finais

Desde 1970, a sociedade tem testemunhado um progresso contínuo nas tecnologias da informação e comunicação, resultando em uma transformação na arquitetura das relações sociais na sociedade atual. Caracterizada por uma comunicação ampla e horizontal, e oferecendo acesso amplo e de qualidade à informação, a sociedade está organizada ao redor de (novas) plataformas que possibilitam interações ininterruptas e amplas entre todos os seus participantes.

DIÁLOGOS POSSÍVEIS

ISSN 2447-9047
VOLUME 24, Nº 1 - JAN/JUN 2025
Pág: 144-162

A Era da Informação tem implementado um processo de comunicação inovador na história que influencia todos os setores da sociedade. Esse fenômeno é impositivo em termos materiais, pois impõe uma nova organização social, mas é adaptável e dinâmico em termos de desenvolvimento, pois permite a disseminação de ideias e a complexidade de seus produtos. Neste sentido, as tecnologias da informação e comunicação são elementos fundamentais para o atual modo de produção, já que quanto mais rápida é a transmissão de informação, mais rápido é o fluxo de capital e lucro no mercado. Além disso, o acesso à tecnologia é crucial para a inclusão no ciberespaço, estando diretamente relacionado com a renda dos indivíduos, o que resulta na exclusão de algumas populações da interação com o conteúdo digital e limita o acesso ao conhecimento.

Assim como o uso e apropriação das tecnologias da informação e comunicação, a educação possui papel crucial para o exercício da cidadania, especialmente em uma sociedade em que o conhecimento e a informação são alicerce de sua sustentação. Desse modo, aqueles que não têm acesso à educação são impedidos de participar da vida cultural e econômica da sociedade, pois não são oportunizados de conceber e multiplicar conhecimento. A educação é constituída em um lento processo que reveste a formação do ser humano, em suas dimensões epistêmicas, éticas e estéticas. Assim, é impossível tomar outro caminho senão o de oferecer uma educação que proporcione aos sujeitos um núcleo identitário, estruturante de um espaço de autonomia e independência frente às determinações da sociedade.

Desse modo, o presente trabalho perquiriu sobre as manifestações que permeiam a atualidade movida pela tecnologia, especialmente em um cenário em que as expressões da questão social são intensificadas e cada vez mais palpáveis. Ao abordar a educação, identificou-se que esta atua como ferramenta proposta para fornecer os recursos necessários para a máquina produtiva em favor do capital e, em contraponto, possui poder emancipatório devido sua potencialidade de contrapor as tendências excludentes da sociedade de classes. Essa relação de contradição justifica a crescente incorporação de assistentes sociais nas equipes escolares do país, considerando os espaços educacionais pela quantidade expressiva de sujeitos que reúnem e a necessidade de construção de práticas sociais e políticas de inclusão serem uma realidade na educação brasileira.

Nessa linha de pensamento, observou-se que o advento da Era da Informação impôs nítidos desafios especialmente para a docência, no âmbito da educação. O uso das tecnologias da informação e comunicação em sala de aula deve ser concretizado de modo que possibilitem a emersão das relações entre os mais diversos agentes, reinterpretando o conhecimento compartilhado e apontando para um contínuo processo na gestão do saber. Esse estilo de pedagogia busca favorecer novos estilos de aprendizagem, mais dinâmicos e personalizados, transformando o educador em um incentivador da inteligência coletiva.

Nessa orientação, uma vez que o assistente social tem se mostrado o profissional melhor capacitado para atuar diretamente com as manifestações da questão social, devido sua propriedade constitutiva da profissão construída e reconstruída na formação da identidade da categoria, atribui a responsabilidade de trabalhar interdisciplinarmente com o intuito de qualificar a intervenção de toda equipe com vistas à atenuação das desigualdades sociais na comunidade. Dessa maneira, é primordial a apropriação do Serviço Social da arquitetura social em que se vive e atua que, hoje, tem sido organizada cada vez mais em torno das tecnologias da informação e comunicação e no ambiente da Internet.

Em um período em que a questão social se expressa de forma mais intensa e penetrante, esta atinge de maneira mais bruta a vida da classe trabalhadora, que passa a ter de fortalecer a batalha pela cidadania, no embate pelo respeito aos direitos sociais. À luz da sociedade do capital, a brecha digital se apresenta como uma dessas facetas de forma agudamente palpável, uma vez que as tecnologias da informação e comunicação influenciam significativamente na garantia do exercício da cidadania em uma sociedade democrática, assim como o engajamento dos indivíduos na rede.

No que se refere aos limites da atuação, identificou-se a urgente necessidade de aprimoramento do debate da categoria profissional acerca da sociedade da informação, por óbvio, de forma crítica, mas não fatalista. É primordial que se compreenda a organização da sociedade não apenas como pano de fundo, mas sim condição para a atuação profissional, da mesma forma que se compreenda e utilize as tecnologias da informação e comunicação no espaço sócio-ocupacional visando os seus potenciais de estímulo do poder da mente e de alastramento do conhecimento.

Em conclusão, sob a nova ação conectiva que a Era da Informação traz consigo, é necessário (re)pensar a brecha digital à luz dos movimentos que conduzem a sociedade, visando a necessidade de integração do real com o virtual e as possibilidades que as tecnologias da informação e comunicação têm de alavancar os processos educacionais, em um alastramento do conhecimento e fomento da participação coletiva. A ascensão das (novas) ferramentas digitais desencadeou processos de articulação social que podem reproduzir ideias plurais, a fim de contestar a estrutura dominante e, assim, representar o exercício da cidadania, dando destaque para projetos societários comprometidos com a emancipação dos indivíduos.

Referências

AMARO, Sarita. *Serviço social em escolas: fundamentos, processos e desafios*. Petrópolis: Vozes, 2017.

DIÁLOGOS POSSÍVEIS

ISSN 2447-9047
VOLUME 24, Nº 1 - JAN/JUN 2025
Pág: 144-162

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. *Katálysis*, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 46-54, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300005>. Acesso em: 11 out. 2023.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. *Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm. Acesso em: 11 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 11 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Parecer CNE/CES nº 492/2001*. Brasília: Diário Oficial da União, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em: 11 out. 2023.

BUZATO, Marcelo El Khouri. Inclusão digital como invenção do cotidiano: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 38, p. 325-413, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782008000200010>. Acesso em: 11 out. 2023.

CASTELLS, Manuel. *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*. (A sociedade em rede). 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999a. 1 v.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação*. Brasília: CFESS, 2013. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/908>. Acesso em: 11 out. 2023.

DEMO, Pedro. *Educação hoje: “novas” tecnologias, pressões e oportunidades*. São Paulo: Atlas, 2009.

DEMO, Pedro. Política social do conhecimento e educação. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 174-194, 1998. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/issue/view/3186>. Acesso em: 11 out. 2023.

DEMO, Pedro. *Política social, educação e cidadania*. 10. ed. Campinas: Papyrus, 1994.

DENTZ, Marta von; SILVA, Roberto Rafael Dias da. Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social: elementos para uma revisão crítica. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 121, p. 7-31, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.011>. Acesso em: 11 out. 2023.

DIÁLOGOS POSSÍVEIS

ISSN 2447-9047
VOLUME 24, Nº 1 - JAN/JUN 2025
Pág: 144-162

FEENBERG, Andrew. *Transforming technology: a critical theory revisited*. 2. ed. Nova Iorque: Oxford University Press, 2002.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 82, p. 93-130, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302003000100005>. Acesso em: 11 out. 2023.

GOERGEN, Pedro. A educação como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 34, n. 124, p. 723-742, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302013000300005>. Acesso em: 11 out. 2023.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da História*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HONORATO, Carlos Eduardo de Moraes; PINHEIRO, Roseni. “Trabalho político”: construindo uma categoria analítica para análise da integralidade como dispositivo do trabalho em equipe na saúde. In: PINHEIRO, Roseni; BARROS, Maria Elizabeth Barros; MATTOS, Ruben Araujo de (org.). *Trabalho em equipe sob o eixo da integralidade: valores, saberes e práticas*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, CEPESC e ABRASCO, 2007. Disponível em: <https://lappis.org.br/site/trabalho-em-equipe-sob-o-eixo-da-integralidade-valores-saberes-e-praticas/4513>. Acesso em: 11 out. 2023.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

MANGINI, Fernanda Nunes da Rosa. *O conhecimento profissional do assistente social: tecnologia para a transformação social*. 2015. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/157388>. Acesso em: 11 out. 2023.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. *Serviço Social: mediação escola e sociedade*. 2000. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, 2000. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/98550>. Acesso em: 11 out. 2023.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOREIRA, Carlos Felipe Nunes. Serviço Social na educação básica: particularidades do trabalho concreto de assistentes sociais no cenário carioca. In: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de (org.). *Serviço Social e Educação*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

PEDUZZI, Marina. Equipe multiprofissional de saúde: conceito e tipologia. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 103-109, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102001000100016>. Acesso em: 13 fev. 2023.

PINHEIRO, Maria Esolina. *Serviço Social: infância e juventude desvalidas*. São Paulo: Cortez, 1985.

RODOTÀ, Stefano. *A vida na sociedade da vigilância: a privacidade hoje*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

SANTOS, André Michel dos. *Serviço Social na Educação: um estudo das atribuições profissionais em escolas públicas municipais*. Curitiba: CRV, 2020.

SCHAFF, Adam. *A sociedade informática: as consequências sociais da segunda revolução industrial*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

SCHUARTZ, Antonio Sandro; SARMENTO, Helder Boska de Moraes. Tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) e processo de ensino. *Katálysis*, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 429-438, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p429>. Acesso em: 11 out. 2023.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. *Exclusão digital: A miséria na era da informação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

TONET, Ivo. *Cidadania ou emancipação humana?*, Espaço Acadêmico, São Paulo, n. 44, s/p, 2005.